

Ampla, Geral e Irrestrita

Quem deve investigar as causas do acidente com o VLS, o primeiro foguete nacional de médio porte, que matou 21 técnicos do CTA na Base de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, exatamente há uma semana?

Esta é a questão que vem sendo debatida à exaustão nos últimos dias, sem que uma decisão ou um consenso tenham sido conseguidos dentro do próprio governo federal ou dentro de sua base de aliados no Congresso Nacional, nos sindicatos de trabalhadores do setor de ciência e tecnologia e nas entidades ligadas a pesquisa e desenvolvimento no Brasil, entre elas a SBPC (Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência). Em outras palavras, a questão é: estará a Aeronáutica preparada para liderar uma investigação sobre um acidente trágico, ocorrido em um programa da Aeronáutica, dentro de uma unidade militar reservada da própria Aeronáutica e que fez 21 vítimas, todos funcionários de um centro tecnológico ligado também à Aeronáutica? Estará o próprio governo preparado para isso?

A resposta a esta pergunta é sim. E não.

Essa equação construída a partir de uma assertiva e de uma negativa contém uma contradição apenas em sua aparência.

Pelo conhecimento técnico e político do projeto do VLS e do próprio programa espacial brasileiro, antigamente batizado de MECB (Missão Espacial Completa Brasileira), assim como pela seriedade, patriotismo e determinação que a Aeronáutica sempre teve ao longo de décadas de existência dentro das Forças Armadas, a Aeronáutica tem toda a capacidade de liderar as investigações sobre a tragédia de Alcântara. Além disso, ninguém melhor que os comandantes e profissionais ligados ao projeto do VLS para saber, minuciosamente, os procedimentos de segurança, os detalhes técnicos do foguete, da base e da operação de lançamento, os cronogramas seguidos por cada equipe engajada na operação e a tarefa desempenhada por cada um dos homens da Operação São Luís. Nesse universo também se encaixa, por tabela ou inércia, a Agência Espacial Brasileira e o Ministério da Defesa, organismos aos quais o programa espacial está subordinado.

Dessa forma, se explica o "sim" da pergunta inicial: sim, a Aeronáutica está preparada para liderar as investigações.

O "não" é explicado por uma simples olhadela no outro lado dessa mesma moeda: apesar de a Aeronáutica estar totalmente preparada para a tarefa, é a melhor alternativa política, neste momento, entregar a ela e ao governo federal a missão de tocarem uma investigação de tal proporção, que pode mudar as estratégias, metas e prazos do programa espacial brasileiro, a ponto de --esta é uma hipótese-- colocar em xeque parte do que já foi feito até aqui? Não seria esta uma boa hora de abrir o programa espacial brasileiro à sociedade civil e seus representantes, exatamente para mostrar que projetos do setor --como o VLS e os satélites desenvolvidos pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), também em São José-- não representam uma caixa preta, um bicho de sete cabeças, estranhos à realidade do Brasil?

Por isso seria interessante ampliar ao máximo possível o leque de participantes das investigações sobre o acidente de Alcântara, desde que sejam preservadas as regras de segurança e o sigilo do projeto.

Nada impede que representantes do Congresso Nacional participem ativamente da investigação, assim como cientistas independentes, ligados a organismos representativos, como a SBPC, por exemplo. Também seria salutar abrir os trabalhos a representantes das famílias dos 21 mortos, não apenas por direito, mas também por mérito. Afinal, não foi o próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que os denominou de heróis durante a solenidade no CTA?

A investigação sobre o desastre do Maranhão deve ser a mais ampla possível. Para ter profundidade, exatidão e transparência. A sociedade brasileira merece saber as causas de tamanha tragédia, que chocou os brasileiros na última sexta-feira e gerou momentos de luto nacional, tristeza e dor. Não há caminho para isso que não passe pela abertura da investigação à sociedade e seus representantes. Até pelo futuro do programa espacial, pelo amparo que o projeto possa ter dos brasileiros e pela memória dos 21 mortos, esse é o único caminho.